

Coisa de veado

César Benjamin

Folha de S. Paulo, 3 de outubro de 2009

Apesar de sua extensão, o Brasil, durante séculos, foi um país de porte pequeno ou médio, com população concentrada no litoral e agricultura realizada em polos exportadores ou em torno de centros urbanos. A hileia e o cerrado não contavam; a pampa e a caatinga contavam precariamente para uma pecuária extensiva e atividades de subsistência.

Nas últimas décadas tornou-se viável o acesso a um território muito maior. Onde havia um grande país geográfico surgiu um grande país efetivo. O pomo da discórdia da questão agrária tradicional – a terra agricultável – tornou-se abundante. Frustrou-se, mesmo assim, a expectativa dos desenvolvimentistas que associavam expansão da fronteira agrícola e democratização da propriedade. Por meios que não excluíram a grilagem e a violência, as regiões novas foram rapidamente dominadas pelos latifúndios. Muitos chegam a centenas de milhares de hectares, alguns à casa dos milhões, uma contribuição brasileira ao bestialógico universal. Propriedades privadas desse tamanho são impensáveis em qualquer outro país.

Esse modo de ocupação territorial se associa a um modelo agrícola que privilegia monoculturas em grandes extensões, em geral voltadas para exportação. O Estado interveio com vigor para impulsioná-las, tendo em vista enfrentar o gargalo cambial da nossa economia, principalmente depois da escalada da dívida externa na década de 1980. Sob certos pontos de vista, como o da balança comercial e do impulso a uma cadeia industrial, foi um

êxito. Sob outros, um desastre. Esse modelo exige anistia de dívidas, mais ou menos, a cada cinco anos; é um voraz consumidor de energia; espalha problemas ambientais; concentra renda; expulsa gente para cidades congestionadas.

A agricultura é uma atividade fundamental, mas demanda cuidados quando praticada em larga escala. Ela é o aproveitamento, pelo homem, de espécies vegetais oportunistas, adaptadas a ambientes temporários: não desenvolvem estruturas maciças, crescem rapidamente e produzem muitas sementes. Monoculturas extensas substituem sistemas biológicos diversificados e estáveis por sistemas simplificados e instáveis, que exigem permanente aplicação de venenos, fertilizantes e outros insumos. O balanço dessa operação tende a ser negativo, mas isso não é visível a olho nu.

O Censo Agropecuário divulgado nesta semana reafirmou o óbvio: no campo brasileiro, quem gera emprego e produz comida é a agricultura familiar, que em geral causa muito menos impacto ambiental. Ocupando 24% da área dos estabelecimentos rurais, diz o Censo, nela estão 75% da mão de obra ocupada no campo e dela saem 87% da produção da mandioca, 70% do feijão, 58% do leite, 59% dos suínos, 50% das aves, 46% do milho, 34% do arroz e assim por diante. Apesar disso, é uma prima pobre, a que recebe menos apoio. Não financia campanhas eleitorais nem conta com *lobbies*.

A área mais afetada pela voraz expansão do latifúndio moderno é o Cerrado, que corresponde a 23% do país, do Maranhão ao Mato Grosso do Sul. Sem o charme da Amazônia, recebe pouca atenção, como se fosse um vazio. É um erro. Sempre houve ali uma agricultura camponesa. Estão ali 5% da biodiversidade do planeta. Bioma de contato entre todos os demais biomas brasileiros, por sua posição central, é a área de recarga das nossas três grandes bacias hidrográficas, a do São Francisco, a do Paraná e a do Araguaia-

Tocantins. A rápida mutação, em curso, que inclui a desmedida expansão do eucalipto, devorador de água, compromete o regime hídrico dessas bacias.

Nada disso é problema dos ruralistas. Para muitos deles, aliás, como disse recentemente o governador de Mato Grosso do Sul, tudo isso é coisa de veado.